

O psicodrama como inteligência ancestral: epistemologia da encruzilhada e descolonização da clínica

Vivianne Caroline Santos Sobral^{1*} , Marília Meneghetti Bruhn² 

RESUMO

Este trabalho articula o psicodrama à epistemologia da encruzilhada, compreendendo-o como expressão de uma Inteligência Ancestral. A partir da experiência clínica com Lueji (pseudônimo), jovem negra e candomblecista, o cenário terapêutico se transforma em espaço de acolhimento e reconexão com saberes silenciados. A expressão de sua cosmopercepção exigiu arranjos epistemológicos capazes de ressignificar as dores provocadas pelo racismo estrutural e religioso. O resgate de Guerreiro Ramos e sua atuação no Teatro Experimental do Negro reposiciona o psicodrama brasileiro como via de retorno às raízes ancestrais. Assim, a dimensão grupal torna-se inseparável do processo psicodramático, ressaltando que tanto o adoecimento quanto a cura se dão coletivamente, sobretudo por meio do que chamamos aqui de Inteligência Ancestral.

PALAVRAS-CHAVE: Psicodrama; Racismo; Saúde mental; Descolonização; Decolonialidade.

Psychodrama as ancestral intelligence: Epistemology of the crossroads and the decolonization of clinical practice

ABSTRACT

This work connects psychodrama with the epistemology of the crossroads, understanding it as an expression of Ancestral Intelligence. Based on the clinical experience with Lueji (pseudonym), a young Black woman and Candomblé practitioner, the therapeutic setting becomes a space for welcoming and reconnecting with silenced knowledge systems. The expression of her cosmoperception required epistemological frameworks capable of resignifying the pain caused by structural and religious racism. Revisiting the work of Guerreiro Ramos and his role in the Black Experimental Theater repositions Brazilian psychodrama as a path back to ancestral roots. Thus, the group dimension becomes inseparable from the psychodramatic process, emphasizing that both illness and healing occur collectively, especially through what we refer to here as Ancestral Intelligence.

KEYWORDS: Psychodrama; Racism; Mental health; Decolonization; Decoloniality.


El psicodrama como inteligencia ancestral: Epistemología de la encrucijada y descolonización de la clínica

RESUMEN

Este trabajo articula el psicodrama con la epistemología de la encrucijada, entendiéndolo como una expresión de la Inteligencia Ancestral. A partir de la experiencia clínica con Lueji (seudónimo), una joven negra practicante del candomblé, el escenario terapéutico se convierte en un espacio de acogida y reconexión con saberes silenciados. La expresión de su cosmopercepción exigió arreglos epistemológicos capaces de ressignificar los dolores provocados por el racismo estructural y religioso. La recuperación de la obra de Guerreiro Ramos y su actuación en el Teatro Experimental del Negro reposiciona al psicodrama brasileño como una vía de retorno a las raíces ancestrales. Así, la dimensión grupal se vuelve inseparable del proceso psicodramático, resaltando que tanto la enfermedad como la cura ocurren colectivamente, sobre todo por medio de lo que aquí llamamos Inteligencia Ancestral.


PALABRAS CLAVE: Psicodrama; Racismo; Salud mental; Descolonización; Decolonialidad.

1. Profissionais Integrados – Aracaju (SE), Brasil.

2. Universidade Tiradentes  – Curso de Psicologia – Aracaju (SE), Brasil.

*Autora correspondente: psiviviannesobral@gmail.com

Recebido: 20 jul. 2025 | Aceito: 26 ago. 2025

Editora de seção: Oriana Hadler 

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é indissociável do impacto do colonialismo nas relações sociais e subjetivas de pessoas negras. As marcas desse processo histórico se perpetuam nas experiências diárias dos indivíduos racializados, em particular no sofrimento psíquico, nas relações interpessoais e na construção da identidade. O presente trabalho é o resultado de reflexões que surgiram durante a conclusão do curso de Psicologia e se aprofundaram ao longo da minha trajetória¹ no estágio clínico. A orientação aberta e acolhedora foi fundamental para que eu pudesse seguir por essa trilha epistemológica – ou melhor, por essa encruzilhada. Um evento crucial para a construção deste texto foi minha participação no 12º Encontro Norte e Nordeste de Psicodrama, realizado em Aracaju pela Profissionais Integrados (Profint), em 2025.

Durante o evento, cujo tema era “O psicodrama em tempos de resistência e inteligência artificial”, tive a oportunidade de conhecer e participar de atividades conduzidas por grandes referências do psicodrama, como Maria Célia Malaquias, e vivências sobre relações raciais, destacando-se a conduzida pela psicóloga Giceli Formiga. O encontro, que teve como tema o psicodrama em tempos de inteligência artificial, me levou a revisitar memórias familiares e reconhecer a importância da Inteligência Ancestral (IA) – uma perspectiva da WebSérie Thydêwá (2024) na qual representantes de alguns povos indígenas brasileiros abordam o significado dessa Inteligência para o seu povo. É a partir dessa perspectiva que busco resgatar o sistema de saberes e práticas que permitiu a reexistência afro-indígena frente ao passado colonial violento.

Neste trabalho, resgatamos o psicodrama como uma tecnologia ancestral que, integrada aos saberes dos povos originários e afrodescendentes, pode contribuir para que corpos racializados ressignifiquem o passado, apropriando-se dele a partir de um lugar de potência, a fim de transformar o presente e, assim, construir um futuro emancipador. O principal objetivo deste trabalho é discutir como o psicodrama impacta na decolonização de subjetividades perpassadas pelo racismo estrutural e pela intolerância religiosa em processos clínicos. Este artigo versa sobre o processo terapêutico de uma jovem negra sergipana, Lueji (pseudônimo), mas também sobre o meu encontro com ela e com a nossa ancestralidade. Ao tocarmos nesses pontos, transformamos a terapia em um espaço coletivo, capaz de acolher aldeias, quilombos, favelas e comunidades tradicionais brasileiras, como diria Nêgo Bispo (Santos, 2015).

O racismo e o colonialismo moldaram profundamente as relações sociais e as subjetividades no Brasil e em outras partes do mundo. Para lidar com esse contexto macroestrutural violento, foi preciso resgatar saberes ancestrais e cosmologias não ocidentais. Para tanto, a perspectiva da epistemologia da encruzilhada (Simas & Rufino, 2018), articulada às técnicas psicodramáticas, foi essencial para a construção de um *setting* terapêutico adequado às demandas da paciente. Destaco isso porque Lueji já havia buscado suporte psicológico anteriormente e se deparou com hipóteses diagnósticas e “deveres de casa” que a fizeram sentir-se pior sobre si mesma.

Ademais, vale mencionar que o início do estágio clínico me fez lembrar da minha escolha por Ciências Sociais durante a primeira graduação. Naquela ocasião, em meados de 2007, eu achava a psicologia elitista, branca e racista. Doce ilusão. Descobri que as Ciências Sociais podem ser do mesmo jeito. Não há como escapar do racismo epistêmico, berço das universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2016). De qualquer forma, vale destacar que foram as Ciências Sociais que me apresentaram alguns dos autores que pude redescobrir na Psicologia anos mais tarde – como é o caso de Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento – e que foram fundamentais para a construção da minha postura clínica, buscando tornar a psicoterapia mais inclusiva e antirracista. A intenção de fazer da psicoterapia um espaço não apenas acolhedor, mas também antirracista, exige proatividade na busca por referências e orientadores que abracem esse caminho. Optar pela atuação dentro de uma perspectiva antirracista deveria ser fundamental para todos os profissionais que atuam em sociedades marcadas por um passado escravagista e colonial, como a nossa.

O SILENCIAMENTO E A OPRESSÃO: A BOCA COMO METÁFORA

No livro *Memórias de uma plantação*, Grada Kilomba (2019) descreve, no capítulo inicial, um dos métodos cruéis de tortura utilizados contra as pessoas escravizadas: a máscara de Flandres. Esse instrumento, além de ser uma forma de

1. Nos trechos escritos em primeira pessoa do singular, a primeira autora do artigo estará relatando experiências que ocorreram no seu estágio de graduação orientado pela segunda autora do artigo.

punição física, visava controlar e silenciar a boca dos escravizados, impondo-lhes também um clima de medo constante. Para ilustrar o uso dessa tortura, a autora nos apresenta a história de Anastácia, uma mulher escravizada no Brasil, que foi brutalmente punida e submetida à máscara de Flandres.

Para Kilomba (2019), essa máscara, historicamente usada para silenciar e impedir a expressão dos povos escravizados, representa a opressão colonial. A boca, nesse contexto, é vista como um órgão que deve ser reprimido para impedir que o sujeito negro expresse suas vivências e verdades. A autora argumenta que, ao silenciar a voz do povo negro, a máscara também impede que a branquitude tome consciência de sua violência e crueldade. “O que poderia o sujeito negro dizer se ele ou ela não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teria que ouvir?” (Kilomba, 2019, p. 177). Nesse sentido, a fala do colonizado coloca o colonizador diante de um confronto com a imagem idealizada de si mesmo como civilizado, cortês e moral. A repressão à fala do negro, portanto, também implica a negação das verdades sobre a experiência colonial e a sua brutalidade.

No imaginário da branquitude o negro é frequentemente visto como ameaça, perigo e violência (Kilomba, 2019). Assim, a livre expressão do povo negro desafia a concepção de moralidade e generosidade atribuída aos brancos. O trauma dos sujeitos negros, segundo Kilomba (2019), não vem apenas de suas experiências familiares, mas também da “violenta barbárie do mundo branco” (Kilomba, 2019, p. 40). Nesse mundo, o negro é configurado como uma figura estranha, agressiva e fora do padrão, sendo submetido a políticas de silenciamento e de violência, representadas pela máscara de Flandres.

O trauma gerado pelo racismo objetifica o negro, enquanto o processo de autodescoberta e a construção de uma narrativa sobre si coloca o negro na posição de sujeito. Nesse sentido, a máscara de Flandres adquire um caráter metafórico, pois reflete a maneira como o mundo branco objetifica e silencia as pessoas não brancas. A máscara, assim, representa a colonização das subjetividades, ilustrando a imposição de uma identidade subalterna e despessoalizada ao sujeito negro (Kilomba, 2019). Cida Bento (2022, p. 24) destaca que é “urgente fazer falar o silêncio” para que se desconstrua o racismo.

Vale destacar que o racismo também recai sobre a expressão religiosa do povo negro. Nesse contexto, é frequente a associação da cor preta àquilo que é degradante e feio (Ramos, 1957). Desse modo, “O demônio, os espíritos maus, os entes humanos ou super humanos quando perversos, as criaturas e os bichos inferiores e malignos são, ordinariamente, representados em preto” (Ramos, 1957, p. 193). Ao passo que “Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições” (Ramos, 1957, p. 193).

Ademais, é sob a justificativa da Maldição de Cam, uma narrativa bíblica, que a escravidão foi legitimada pela Igreja Católica Medieval (Hardtke & González, 2025). Assim, as religiões de matriz africana foram e ainda são alvo de racismo e de intolerância religiosa no Brasil, sendo inclusive perseguidas pelo próprio Estado, como em 1890 pelo Código Penal Brasileiro e durante o Estado Novo (Barreto, 2021).

O PSICODRAMA NA ENCRUZILHADA: ACOLHIMENTO E DESCOLONIZAÇÃO DA CLÍNICA

Alguns antropólogos e pensadores decoloniais têm usado o termo encruzilhada (Simas & Rufino, 2018) para se referir a um contexto no qual o conhecimento é produzido a partir da confluência entre epistemologias diversas, indo além dos paradigmas epistemológicos centrados na ciência moderna produzida pelo ocidente. Assim, chama-se atenção para outras formas de conhecimento praticadas no mundo, retirando a “máscara de Flandres” do racismo do espaço científico.

Nêgo Bispo (Santos, 2015) resgata a noção de uma confluência existencial entre aldeias, quilombos e favelas, alertando quanto à importância do conhecimento produzido nesses espaços. O reconhecimento desses espaços como lugares de produção de saber e de conhecimento não nega nem se opõe à ciência. Simas e Rufino (2018) propõem que, no contexto da epistemologia de encruzilhada, traga-se uma perspectiva pluriversal para o fazer científico – poético, político, estético.

Dentro da referida epistemologia, Exu é simbolizado como o senhor das encruzilhadas, aquele que “tudo come” com sua boca voraz. Nas religiões de matriz africana, Exu é o orixá mensageiro, aquele que faz a comunicação entre o contexto humano e os orixás. A boca de Exu é então tomada pela sua capacidade de comunicar mensagens entre mundos. É justamente essa habilidade de comunicação e interlocução entre mundos que a epistemologia de encruzilhada pretende (Simas & Rufino, 2018).

Nesse cenário, o universalismo científico, representado pela máscara de Flandres, silencia, nega a potência e validade dos saberes que foram produzidos por outras perspectivas epistemológicas. Autores como Ramos (1957) e Malaquias et al. (2016) propõem a criação de espaços de “aquilombamento” por meio do uso de ferramentas psicodramáticas como uma estratégia de descolonização do saber e das relações sociais, visando a decolonização das subjetividades. Nesse contexto, trata-se de descolonizar o pensamento científico “como forma de extrair a centralidade hegemônica da modernidade científica europeia para traçar novos caminhos para a re-existência dos elementos culturais dos povos originários [...]” (Oliveira et al., 2023, p. 8) e também dos povos diaspóricos. Essa abordagem possibilita a transformação social por meio da criação de espaços de cura coletiva e de resistência antirracista (Oliveira, 2025). Desse modo, esses autores nos convocam a reconhecer o palco psicodramático como um lugar de potência, onde se rearticulam experiências, memórias e possibilidades de existência para além das margens impostas pela colonialidade.

PERCURSO E ENCRUZILHADA METODOLÓGICA

O presente trabalho constitui-se de um estudo de caso no qual se discute o processo terapêutico da paciente Lueji, uma mulher jovem, de raça/cor preta, brasileira e candomblecista que foi atendida semanalmente durante o período de nove meses em uma clínica-escola de Psicologia de uma universidade no Nordeste do Brasil. Por se tratar de um aprofundamento teórico de um caso que emergiu espontaneamente e contingencialmente de uma prática educativa e profissional, esta pesquisa não precisou passar pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Contudo, são assegurados os cuidados éticos de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005) e a Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o anonimato da paciente e da instituição onde foi realizado atendimento (Resolução n.º 510, 2016). A pesquisa possui natureza qualitativa, exploratória, descritiva e interpretativa, fundamentada em registros clínicos decorrentes de intervenções psicodramáticas realizadas durante estágio supervisionado.

No *setting* terapêutico, fizemos o exercício de trazer a perspectiva da encruzilhada para melhor acolher, orientar e desenvolver um plano terapêutico para a paciente. Ela é uma mulher negra que tem sua experiência existencial atravessada pela encruzilhada: a encruzilhada simbólica, a encruzilhada epistemológica e a encruzilhada da interseccionalidade (gênero, raça, identidade religiosa). Nesse contexto, as técnicas psicodramáticas proporcionam um espaço seguro para a expressão livre da raiva, da indignação e da frustração, permitindo que a paciente ensaie formas assertivas de lidar com as suas demandas, evocando os aspectos simbólicos que organizam a dinâmica subjetiva da paciente. Assim, além de validar aquilo que a paciente traz do seu contexto cultural, religioso e epistemológico, foi possível construir um arranjo funcional para tentar regular o aspecto da comunicação na vida da paciente, resgatando a noção de Ori² (Lages, 2023).

O processo de construção desse arranjo epistemológico foi facilitado porque os elementos e termos religiosos trazidos pela paciente eram familiares à estagiária – embora ela não pertença ao candomblé nem à umbanda, carrega essa ancestralidade por ser afrodescendente e por ter tias-avós que mantinham casas/terreiros³ dedicados ao culto aos orixás. Apesar de sua família ter passado por um processo de cristianização e embranquecimento, durante a terapia a estagiária pôde recordar de elementos da infância – desde os termos até algumas práticas realizadas por seus familiares, como oferecer caruru, eventualmente fumar cachimbos e fazer orações dedicadas aos Pretos Velhos, entre outras.

A aproximação cultural e religiosa entre a paciente e a estagiária facilitou o processo de criação de vínculo terapêutico, pois a religião desempenha um papel significativo na vida de Lueji, permeando várias esferas e suscitando desafios relacionados ao preconceito e à intolerância. A religião está na atribuição de sentido que a paciente dá aos acontecimentos da vida e contribui para uma maior aceitação e espontaneidade de Lueji. A paciente é do candomblé e cumpre suas obrigações religiosas, incluindo o uso de branco às sextas-feiras. O único lugar em que não se sente o peso do preconceito é dentro do barracão.

Quando as atividades religiosas da paciente ficaram suspensas devido a problemas relacionados à locação do imóvel no qual funcionava a sua casa de axé, a falta do suporte religioso dificultou o enfrentamento e a aceitação de situações adversas

2. “No candomblé, a cabeça, denominada de Ori, é entendida como a sede da individualidade do sujeito, possui um conteúdo espiritual, tem status de divindade, e guia os filhos e filhas de santo em sua jornada no Ayê” (Lages, 2023, p. 1).

3. Tia Vitória desenvolvia um trabalho vinculado ao candomblé em sua residência no bairro Padre Miguel no Rio de Janeiro, e Tia Carmelita tinha um terreiro de candomblé de tradição Jeje dedicado à Iansã na Praia Grande (SP). Elas eram irmãs, sergipanas, nascidas no município de São Cristóvão (SE).

em sua vida. Isso porque era no espaço do terreiro que a paciente se refazia fora do mundo conceitual branco e recebia orientações do orixá que mais aparecia nos jogos de búzios dela, um de seus orixás de cabeça: Oxalufan. O referido orixá é caracterizado pela calma e pela tranquilidade, qualidades que, segundo o babalorixá da paciente, ela precisa desenvolver na vida.

Considerando o relato de Lueji, é preciso reiterar que o racismo precisa também ser enfrentado no campo das práticas psicoterapêuticas. Para tanto, consideramos que a retomada do legado de Guerreiro Ramos e das sabedorias dos povos originários e afrodescendentes que sobreviveram e sobrevivem ao epistemicídio e às mais variadas formas de violência e opressão promovidos pela branquitude são cruciais para o psicodrama e para a psicologia. Nesse contexto, grupos forjados numa perspectiva de quilombamento – fortalecer laços comunitários –, como o Quilombo Malaquias, são dispositivos ancestrais e psicodramáticos que apontam para a importância de retornar àquilo que nos constitui, nos libertando da máscara de Flandres. Resgatando a ideia de quilombo como “[...] reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial [...]” (Nascimento, 2002, p. 270).

No presente trabalho sustentamos a ideia de que todo psicodrama é grupal, visto que as intervenções psicodramáticas são relacionais e construídas no encontro entre duas ou mais pessoas. Sendo assim, os atendimentos de psicodrama bipessoal com Lueji se constituem de intervenções grupais que promovem um processo de quilombamento, fortalecimento de identidade negra e de enfrentamento das desigualdades raciais.

A EXPERIÊNCIA DE LUEJI: MANIFESTAÇÕES DO RACISMO E DA DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA

Parte significativa das dificuldades relacionais de Lueji são marcadas pelo racismo estrutural e, especialmente, pelo racismo religioso. Às sextas-feiras, ela costuma cumprir a obrigação religiosa ligada à devoção ao orixá Oxalá e usa somente roupas brancas. Houve um tempo, quando trabalhava numa empresa do setor financeiro, que Lueji era coagida a se reunir com os colegas de trabalho para rezar o “Pai Nosso”. Além disso, ela era frequentemente questionada sobre o uso de roupa branca às sextas-feiras. Por conta disso, algumas vezes cogitou fazer curso na área de saúde ao invés de continuar na área de Recursos Humanos (RH).

Quando estava de branco, a paciente dizia gostar de ser confundida com enfermeira, o que às vezes acontecia no ônibus ou na recepção da clínica. Dessa maneira, suas vestes ganhavam uma significação social positiva e valorizada como profissional na saúde. Vale ressaltar que ela era confundida como enfermeira ou como técnica de enfermagem, nunca como médica, mais uma dimensão do racismo estrutural que associa a imagem de pessoas negras a profissões ou cargos subalternizados (Carvalho & Santos, 2021). Chegou a dizer que poderia no futuro se especializar e trabalhar no RH de algum hospital, assim continuaria na mesma área, sem necessariamente mudar de profissão. Essa elaboração discursiva sobre o contexto profissional pode ser entendida à luz de Fanon (2008) em *Pele negra, máscaras brancas*, obra na qual o autor falar sobre o desejo de ser reconhecido como branco e a tentativa de esconder a sua própria identidade como uma forma de adaptação ao sistema colonial branco. Deseja-se a dignidade que é dada a uma profissional de saúde, e com isso afasta-se da demonização atribuída pelos racistas às religiões de matriz africana.

Ainda sobre a questão do racismo religioso, houve um episódio em que uma colega do curso de Jovem Aprendiz repetiu duas vezes perto de Lueji “quem não é crente, não conhece o poder do espírito santo”. Depois, durante a aula, o professor perguntou o que ela achava disso, e ela falou que odiava crente; muitos jovens evangélicos ficaram ofendidos e disseram que ela tinha que respeitar a religião dos outros se quisesse ser respeitada; trocaram hostilidades. Em outra ocasião, o professor disse que tinha medo dela e que ela tinha um olhar muito forte. A paciente sente que as pessoas se afastam dela em função de sua prática religiosa e, quando se sente discriminada, costuma responder de forma impulsiva, procurando “devolver” por meio de um tratamento ainda mais hostil do que aquele que recebeu.

O desejo de devolver a hostilidade e a raiva despertadas pelo racismo foi acolhido como algo legítimo, embora ainda assim precisasse ser trabalhado no contexto clínico. Diante disso, utilizamos algumas técnicas psicodramáticas para explorar as respostas da cliente a esse tipo de situação. As cenas em que a paciente sentia que não havia respondido “à altura” foram repetidas no *setting* terapêutico com a utilização da técnica de maximização (Cukier, 1992), na qual a estagiária repetia as frases hostis com intensidade aumentada. A cliente demonstrava uma necessidade de reagir de forma proporcional à

discriminação sofrida; calar-se ou emitir uma resposta que ela considerava “fraca” gerava profundo incômodo. Por isso, foi necessário permitir a expressão plena desses sentimentos durante as dramatizações a fim de realizar um processo catártico.

Também usamos a técnica da cadeira vazia (Cukier, 1992), adaptando-a com uma almofada para que a paciente pudesse expressar a raiva acumulada diante das situações de discriminação que vivenciava. A adaptação foi possível, pois o objeto intermediário é apenas um recurso para acessar os conteúdos internalizados pela paciente (Perazzo, 2018). Essa abordagem possibilitou a abertura de um espaço terapêutico para que Lueji começasse a refletir sobre formas mais assertivas – e até mesmo institucionalizadas – de responder ao racismo religioso.

Durante as sessões a paciente revelou que carregava um bisturi na bolsa, afirmando que era para sua defesa pessoal. Essa informação me causou um profundo desconforto enquanto ocupava a posição de psicoterapeuta. A consciência de que pessoas negras e pardas compõem a maioria da população carcerária no país me colocava em um lugar de intensa angústia, especialmente diante de um sistema penal que reproduz o racismo, o sexismo e o colonialismo estrutural da sociedade brasileira, historicamente forjada pela exploração das mulheres negras (Lima et al., 2024). Considerando esse contexto social e histórico, que posiciona a mulher negra em uma situação de maior vulnerabilidade em relação a outros grupos – como as mulheres brancas, por exemplo –, e levando em conta a lógica punitivista do Estado, havia o receio de que o porte e/ou até o uso do bisturi pudesse expor ainda mais a paciente à repressão penal, intensificando sua condição de vulnerabilidade.

Essa inquietação era, por vezes, compartilhada durante os momentos de supervisão de estágio e também elaborada no meu próprio processo terapêutico individual. Para lidar com essas questões, além de trabalhar e tematizar a raiva nas sessões com Lueji, levei para a minha terapia pessoal a elaboração do medo.

Um medo relacionado à possibilidade de que a paciente enfrentasse uma situação de injustiça na qual fosse percebida como uma mulher negra “raivosa”, agressiva ou violenta – e, por isso, fosse criminalizada. Temi que, nessas situações, o contexto de racismo vivido por ela fosse ignorado ou minimizado. Era doloroso reconhecer a vulnerabilidade social e simbólica que atravessava sua experiência, e também encarar meus próprios limites diante disso enquanto psicoterapeuta em formação e enquanto mulher negra também.

ESTRATÉGIAS TERAPÊUTICAS: O PSICODRAMA ANTIRRACISTA NA PRÁTICA CLÍNICA

O psicodrama chegou ao Brasil através de Abdias Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, e também através do sociólogo Guerreiro Ramos, que se junta ao TEN no ano de 1949 (Oliveira, 2025). O TEN deu uma contribuição essencial à sociedade brasileira, contribuindo para a valorização social do negro e para a inclusão de pessoas pretas e pardas oriundas das classes trabalhadoras no campo das artes e da educação (Malaquias et al., 2016). Dessa maneira, o psicodrama assume, desde sua chegada ao Brasil, um compromisso social antirracista.

Na terapia com Lueji, além de manter uma postura clínica antirracista e psicodramática, foram utilizadas as referências técnicas do psicodrama bipessoal (Cukier, 1992). Ademais, como destaca Oliveira (2025), a partir de sua leitura de Guerreiro Ramos, independentemente da modalidade psicodramática – seja individual, bipessoal ou grupal –, é essencial que o sujeito, por meio do trabalho psicodramático, possa assumir uma nova postura ou papel existencial. Para isso, é imprescindível a construção de um espaço terapêutico no qual o paciente se reconheça como protagonista de sua própria história. Nesse contexto, as técnicas, os referenciais teóricos e a linguagem empregada na psicoterapia devem estar em consonância com a realidade vivida e com a singularidade do cliente. Dentro de uma prática clínica antirracista, esse cuidado é crucial para que não se reproduzam conservas coloniais e racistas ainda presentes nas estruturas sociais – e, por vezes, também nos discursos terapêuticos.

No contexto clínico em questão, fizemos a técnica de maximização, em que a estagiária repetiu as frases hostis aumentando a intensidade na forma como elas eram ditas. E também fizemos a técnica da cadeira vazia, utilizando uma almofada como uma forma de a paciente expressar a raiva que ela sentia em relação às situações de discriminação. O espelho foi utilizado para trabalhar a questão da autopercepção e, dentro do mesmo objetivo, trabalhamos também com a técnica de inversão de papéis. Além disso, evocamos as qualidades dos orixás como forma de tornar o processo terapêutico mais significativo e coerente com a cosmopercepção da paciente. A calma e a serenidade de Oxalufan, a potência comunicativa

de Exu, a busca por justiça, a coragem e a sabedoria de Xangô foram elementos centrais que atravessaram e sustentaram nossa prática clínica com Lueji.

Trabalhar a questão da raiva e o desejo de expressar, de forma potente, a dor causada pela intolerância religiosa contribuiu significativamente para transformar a maneira como a paciente se percebia. Nesse sentido, Lorde (2019) ressalta o caráter transformador e empoderador da raiva quando esta é direcionada contra opressões pessoais e institucionais que historicamente atingem os povos marginalizados. No contexto clínico, essa perspectiva possibilitou acolher a raiva da paciente – comumente rotulada como explosiva e desequilibrada – como uma resposta legítima às violências do racismo. A partir desse acolhimento, ela pôde, gradualmente, ressignificar sua experiência emocional e se reconhecer para além dos estigmas que lhe foram impostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência clínica com Lueji evidenciou como o racismo estrutural e a intolerância religiosa atravessam de forma profunda a saúde mental de pessoas negras no Brasil. Em especial, o racismo religioso se revelou como uma ferida aberta na construção da subjetividade da paciente, afetando sua autoestima, suas relações interpessoais e sua trajetória profissional. O trabalho psicoterapêutico desenvolvido buscou não apenas acolher essas dores, mas também reconhecer a potência dos saberes ancestrais e da espiritualidade afro-brasileira como recursos de cuidado, reconstrução e resistência.

Ao articular técnicas do psicodrama – como a maximização, a cadeira vazia, o espelho e a inversão de papéis (Cukier, 1992) – com a cosmo percepção da paciente e a evocação simbólica dos orixás, pudemos construir um *setting* terapêutico enraizado na epistemologia da encruzilhada (Simas & Rufino, 2018). Essa abordagem permitiu a validação das experiências da paciente em sua inteireza, integrando corpo, afeto, ancestralidade e território simbólico. O processo terapêutico foi, assim, mais do que um espaço de escuta: foi também um espaço de reexistência.

A jornada de Lueji nos mostra que é possível (e necessário) fazer da clínica um espaço de aquilombamento, onde saberes dissidentes e práticas ancestrais sejam não apenas acolhidos, mas reconhecidos como epistemologias legítimas. O psicodrama, nesse contexto, se revela como uma abordagem politicamente comprometida com a descolonização da escuta e da ação terapêutica.

Essa experiência também implicou minha própria travessia enquanto psicoterapeuta em formação e mulher negra. As inquietações que surgiram ao longo do processo – como o medo de que Lueji fosse criminalizada por sua força e sua fé, ou o desconforto diante da violência institucional – foram levadas à supervisão e à minha terapia pessoal, reafirmando que cuidar do outro implica também em cuidar de si.

O enfrentamento ao racismo não pode estar ausente das práticas psicoterapêuticas. Por isso, torna-se urgente reconhecer a importância dos dispositivos comunitários e ancestrais – por exemplo, os terreiros, os quilombos e os grupos terapêuticos coletivos – como estratégias legítimas de saúde e cuidado. Que possamos, como sugere a metáfora de Exu na encruzilhada, seguir multiplicando os caminhos possíveis para uma clínica verdadeiramente plural, decolonial e antirracista.

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Conceitualização: Sobral VCS; **Metodologia:** Sobral VCS, Bruhn MM; **Análise formal:** Bruhn MM; **Investigação:** Sobral VCS; **Escrita:** Sobral VCS; **Aprovação final:** Bruhn MM.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.



FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos ancestrais. À Universidade Tiradentes.

REFERÊNCIAS

- Barreto, J. S., Jr. (2021). Discriminação legal às religiões de matrizes africanas (1889 – 1988). *Revista em Favor de Igualdade Racial*, 4(3), 115-128. <https://doi.org/10.29327/269579.4.3-10>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Carvalho, M., & Santos, W. N. dos. (2021). A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social. *Revista Fim Do Mundo*, 2(4), 176-201. <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p176-201>
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética do psicólogo*. CFP. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Cukier, R. (1992). *Psicodrama bipessoal: sua técnica, seu terapeuta e seu paciente*. Ágora.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, Trad., 3a ed.). EDUFBA.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Hardtke, A., & González, U. (2025). O mito de Cam: usos racistas de uma narrativa bíblica. *Literatura e Autoritarismo*, (44), e84490. <https://doi.org/10.5902/1679849X84490>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (J. O. de Jesus, Trad.). Cobogó.
- Lages, S. R. C. (2023). O Orí, a saúde e as doenças dos(as) filhos(as) de santo. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 20(62), e206207. <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2022v20n62e206207>
- Lima, F. da S., Jeremias, J. D. C., & Ferrazzo, D. (2024). Como gênero e raça estruturam o sistema prisional: diálogos com Angela Davis sobre racismo e sexismo no controle punitivo brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, 15(2), 1-29. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/66960>
- Lorde, A. (2019). Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In A. Lorde. *Irmã outsider* (Cap. 12, pp. 155-167). Autêntica. (Livro original publicado 1984).
- Malaquias, M. C., Nonoya, D. S., Cesarino, A. C. M., & Nery, M. da P. (2016). Psicodrama e relações raciais. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 24(2), 91-100. Recuperado em: <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/279/269>
- Nascimento, A. (2002). *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* (2a ed.). Fundação Palmares, OR Editor Produtor.
- Oliveira, D. R. (2025). Psicodrama brasileiro e a luta antirracista: o legado de Alberto Guerreiro Ramos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.696>
- Oliveira, A. D. de, Nascimento, A. D., & Hetkowski, T. M. (2023). Decolonizar o povo para descolonizar os sistemas de educação: entre as fissuras e sementeiras. *Práxis Educacional*, 19(50), e12042. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.12042>
- Perazzo, S. (2018). O mito da cadeira vazia. *Revista Brasileira De Psicodrama*, 26(1), 102-107. Recuperado em: <https://www.revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/54>

Ramos, A. (1957). Patologia social do 'branco' brasileiro". In A. Ramos. *Introdução crítica à sociologia brasileira* (pp. 215-240). UFRJ.

Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. *Diário Oficial da União*. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>

Santos, A. B. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. INCTI/UNB.

Simas, L. A., & Rufino, L. (2018). *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Mórula Editorial.

Thydêwá. (2024). *Inteligência Ancestral* [Série de vídeos]. <https://www.thydewa.org/>